



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

Dinis Kebanguilako

O SISTEMA EDUCATIVO TRANSITÓRIO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NAÇÃO EM ANGOLA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1975-1992)

THE TRANSITIONAL EDUCATIONAL SYSTEM AND THE CONSTRUCTION OF THE NATION-STATE IN ANGOLA IN THE FIRST REPUBLIC (1975-1992)

RESUMO: A tentativa de criar um Estado-nação em Angola, com recurso ao sistema educativo, se pode entender também como um processo de “hegemonização política” da sociedade. O presente artigo examina como o sistema educativo foi influenciado pelas políticas públicas e processos de hegemonização e homogeneização política na primeira república em Angola. Analisa como os processos de hegemonização política e homogeneização cultural, bem como a implementação das políticas públicas como a Campanha Nacional de Alfabetização. A formação de jovens nos países socialistas visava a formação do “homem novo”, a criação de uma identidade nacional e a construção do Estado pós-colonial de orientação socialista.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema educativo; Hegemonização; Homogeneização.

ABSTRACT: The attempt to create a nation-state in Angola using the education system can also be understood as a process of ‘political hegemonization’ of society. This article examines how the education system was influenced by public policies and processes of political hegemonization and homogenization in Angola's first republic. It analyses how the processes of political hegemonization and cultural homogenization, as well as the implementation of public policies such as the National Literacy Campaign. The training of young people in socialist countries was aimed at forming a ‘new man’, creating a national identity and building a socialist-orientated post-colonial state.

KEY WORDS: Educational System; Hegemonization; Homogenization.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

O SISTEMA EDUCATIVO TRANSITÓRIO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NAÇÃO EM ANGOLA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1975-1992)

Dinis Kebanguilako ¹

Introdução

A República de Angola está localizada, geograficamente, em uma pequena parte na África Central e a maior parte na África Austral. É resultado de um longo processo de desenvolvimento endógeno, com largas influências externas e seculares. Constituída como nação livre e soberana em 11 de novembro de 1975, no culminar do processo da descolonização portuguesa em África. Sua rica e longa história se divide em três grandes períodos, desequilibrados em relação ao tempo de duração de cada um deles, sendo o primeiro o mais longo, ou seja, milenar; e o último, com cerca de cinco décadas. Cada período histórico possui características específicas, que estabelecem a diferença entre um e outro. Estes períodos são: - Pré-colonial, (da formação dos Estados à fundação da colônia); - Colonial (da fundação da colônia à independência nacional); - Pós-colonial (da independência nacional aos nossos dias) (KEBANGUILAKO, 2010).

O período Pós-colonial pode ser dividido em duas partes distintas, sendo a primeira de 1975 a 1992, que chamamos de Primeira República. Período que corresponde à fase da criação e construção do Estado, o que constitui objeto do presente artigo, procurando responder à seguinte questão: De que forma o sistema educativo contribuiu para a construção do Estado Nação na Primeira República em Angola?

A segunda parte é a da institucionalização do regime multipartidário no país, com duas fases: a primeira começa com a realização das primeiras eleições multipartidárias de setembro de 1992 e termina em 2017. A segunda fase começa neste ano, com a alternância do poder presidencial no seio do MPLA e em Angola; e vai até aos nossos dias.

Antes da presença europeia no século XV, no espaço geográfico chamado, hoje, Angola, desenvolveram-se vários Estados africanos, denominados, na maior parte das vezes, erroneamente de “reinos africanos”. São formações políticas, econômicas e sociais que se desenvolveram neste espaço em diferentes séculos e de forma distinta umas das outras. Eram política e economicamente independentes entre si, e mantinham relações de toda ordem com alguns Estados da região central e austral do continente. Cada Estado desenvolveu sua própria organização política, econômica e social, sua forma de governação e diferentes maneiras de ser e

de estar no mundo. A maior parte praticava a agricultura, outros, a pastorícia, e outros, ainda, conciliavam a caça, a pesca e a colheita. A característica comum destas sociedades era o valor atribuído à oralidade, uma vez que não haviam desenvolvido a escrita.

O fato de estas sociedades não terem desenvolvido a escrita não é sinônimo de inexistência da educação enquanto processo de transmissão de conhecimentos, hábitos, habilidades, atitudes e valores às mais jovens gerações, conforme assinala o sociólogo angolano Laurindo Vieira (2004).

Apesar dos portugueses terem encontrado em África povos sem escrita, é de um reducionismo arcaico pensar que os povos que habitavam Angola não praticavam a educação. Também não corresponde a uma verdade histórica afirmar que a educação nesta parte do continente começou com o processo colonial. Estes povos desenvolviam uma educação natural. Este tipo de educação visava à transmissão de geração em geração, os contos, os valores culturais e as próprias experiências de vida, através da tradição oral (VIEIRA, 2004, p. 32).

Em Angola a educação não foi obra dos portugueses, diferentes povos desenvolveram distintos modelos de educação, conforme os conhecimentos e os valores a transmitir, conforme os interesses da comunidade. Quase todos os povos do espaço chamado hoje Angola desenvolveram diferentes processos de iniciação, quer masculina, quer feminina. A jovem geração aprendia o necessário para a sua inserção útil na sociedade. Não se pode confundir processo de iniciação com ritual de iniciação. O ritual é apenas a fase final deste processo. A iniciação, em quase todas as sociedades que se constituíram em Angola, é um processo duradouro, sequencial, que pode variar entre algumas semanas, para alguns povos; e anos para outros, que culmina com o ritual de iniciação.

O regime colonial instituiu uma outra forma de educação, que chamamos de “educação escolar”, numa primeira fase, voltada somente à população de origem europeia e, mais tarde, também para a população autóctone. Com a independência de Angola, projetou-se o processo de destruição dos marcos do regime colonial e a construção de um país novo que deveria se assentar numa estrutura política, econômica e social nova, diferente da estrutura colonial. Nesta perspectiva, impunha-se um novo sistema de ensino, que seria o instrumento fundamental para a formação de uma nova geração de angolanos, política e ideologicamente preparada para a reconstrução nacional e a construção do socialismo em Angola. É objetivo deste trabalho analisar

¹ Doutor em Educação pela UFBA. Professor do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED - Luanda), coordenador do Mestrado em Ensino de História de Angola (ISCED Luanda). kebanguilako@gmail.com

de que forma o sistema educativo na primeira república foi instrumentalizado para a politização e ideologização dos angolanos.

Gênese do Sistema de Ensino Escolar

Em Angola, o processo de ensino escolar sob o molde ocidental, com o uso da escrita, começou ainda nas primeiras décadas do século XVI, no Reino do Kongo, muito antes de o país se constituir na unidade territorial como hoje é conhecida. Os padres católicos foram os primeiros a ensinar à corte real do Kongo a língua portuguesa e conhecimentos rudimentares de matemática, para além do evangelho de Cristo, que era sua missão fundamental. Com a fundação da colônia, em 1575, o processo se vai estender a Luanda e, no século seguinte, a partir do ano de 1617, o processo de ensino europeu chega a Benguela e outras regiões do litoral sul de Angola (VIEIRA, 2004).

O processo de colonização efetiva de Angola teve início no final do século XIX, logo a seguir ao término da Conferência de Berlim, e prolongou-se até o princípio do século XX. O território foi totalmente ocupado pelos portugueses e a Igreja Católica continuava com a missão de escolarizar à camada privilegiada da sociedade colonial, constituída pela população branca (europeia) e por uma minoria da população local da elite (negros). A situação da população nativa mudaria consideravelmente com a missionação protestante do país, que começou no final do século XIX, pelos ingleses da BMS², os canadenses e americanos, metodistas e congregacionais, que chegaram a Angola neste mesmo período. A maior parte da população local letrada foi formada nas escolas das missões protestantes. Apesar de não serem oficialmente reconhecidas pelo Estado português, nestas escolas a língua portuguesa era usada como língua de escolarização. E sendo escolas pertencentes a missões religiosas, o uso das línguas africanas locais era frequente, sobretudo, na catequese e nos cultos dominicais (KEBANGUILAKO, 2016).

O sistema educativo colonial estava totalmente voltado aos interesses da colonização. Foram implementadas políticas para afastar os angolanos da sua educação e da sua cultura, impondo-lhes um processo de homogeneização cultural que pretendia torná-los dóceis aos interesses portugueses, não apenas por imposição política, mas, sobretudo, do ponto de vista cultural. Este processo, iniciou-se no século XVI, prolongou-se até o último quartel do século XX, tendo conhecido diferentes fases na história da educação e do ensino em Angola. A história

da educação e ensino no período colonial serve-nos de base para a compreensão da educação nos primeiros dezesseis anos da independência de Angola. A nossa análise centra-se, sobretudo, nas políticas de nacionalização da educação e no processo de politização da sociedade angolana, cuja materialização abarca um conjunto de políticas públicas no domínio da educação. Políticas estas que conduziram necessariamente a uma reforma do sistema educativo herdado do regime colonial.

A Política Colonial e a Reforma do Sistema de Educação e Ensino

A construção de um novo país vai implicar reformas políticas estruturantes, incluindo a do sistema educativo e de ensino, cuja lógica, na tentativa de construção de um Estado-nação, obrigou à implementação de processos de homogeneização e de hegemonização política e cultural em Angola. Porém, não poderemos entender as circunstâncias políticas e sociais que propiciaram a independência de Angola, sem, contudo, analisar o contexto histórico, político e social de África da década de 60 e primeira metade da década de 70 do século XX. Por esta razão, se fazem necessários estudos sobre o fim do Império Colonial Português em África, que tem consequências diretas sobre a ascensão de Angola e de outros países à independência.

Como se sabe, o continente africano, no seu todo, foi alvo de um dos mais hediondos sistemas políticos da história da humanidade: a colonização. Não se pode procurar compreender, no presente, qualquer fenómeno ou processo social inerente a um Estado africano, sem um obrigatório recuo ao período colonial, que é ainda recente em toda África (seis décadas para a maioria dos países e cinco décadas para os países africanos de língua oficial portuguesa). Não há dúvidas de que o colonialismo europeu em África foi um sistema de exploração que servia aos interesses das potências coloniais, atirando para o estado de quase abandono as populações africanas.

Durante quase todo o período de vigência do sistema colonial em África, os governos coloniais pouco ou nada fizeram em prol do desenvolvimento social dos africanos. Somente depois da II Guerra Mundial, alguns governos coloniais começaram a criar serviços sociais enquadrados dentro de um plano de ação da política colonial. Os serviços de saúde e de educação, na maioria dos países africanos sob regime colonial, eram fornecidos exclusivamente para as classes colonizadoras, que incluíam europeus e ínfimo número da população africana, pertencente a uma classe que auxiliava os europeus na manutenção do aparelho colonial (RODNEY, 1975, p. 292). Até mesmo o governo português, que sempre levantou a bandeira de

² Sigla em inglês para a Sociedade Missionária Batista (Baptist Missionary Society)

uma ação civilizadora em África, afirmando que Angola, Guiné-Bissau e Moçambique não eram colônias portuguesas, mas províncias do ultramar e possessões de Portugal há cinco séculos, esta tese se derruba com exemplos concretos. Na década de 1940, em Angola, considerada joia da coroa portuguesa em África, apenas cinco negros frequentavam os liceus, que correspondiam ao segundo ciclo de ensino secundário, conforme o sistema de educação colonial vigente naquele período (RODNEY, 1975, p. 293).

A colonização europeia, como se sabe, teve consequências nefastas para os povos do continente africano. O colonialismo foi muito mais do que um mero controle comercial. Com a colonização, os africanos haviam perdido o controle sobre os assuntos internos da sua vida política, econômica e social. Perderam, igualmente, a capacidade de defender seus interesses de grupo ou de nação, perderam qualquer poder sobre os europeus e perderam o poder de sobreviver como unidade cultural e física. Daí a formação dos Estados africanos que hoje conhecemos, herdados da colonização europeia, cujos traçados não obedecem a critérios, nem lógicas nenhuma, senão aos interesses econômicos dos Estados europeus colonizadores.

Segundo Albert Memmi, o golpe mais sério sofrido pelos colonizados foi, serem afastados da história e da comunidade. Dizia ainda aquele nacionalista tunisiano: “A colonização usurpa qualquer controle livre, quer no que se refere à guerra, quer no que se refere à paz, qualquer decisão que contribua para os seus destinos, para o destino do mundo e toda a responsabilidade cultural e social” (RODNEY, 1964, p. 323).

O colonialismo, na sua essência, é comum para todos os povos, embora se possa reconhecer que não houve em África um só modelo de colonização, e sim vários. Apesar de distinguirem-se cinco grandes potências coloniais (Inglaterra, França, Portugal, Bélgica e Alemanha), as políticas de colonização de cada uma destas potências variavam de uma colônia para outra, e de região para região de uma mesma colônia. Assim como variavam de um período para outro numa mesma região e numa mesma colônia. Porém, verdade seja dita, com a perda do poder político pelos africanos, o “afastamento da história”, acima mencionado, é consequência clara e lógica do colonialismo. Os africanos deixaram de ter uma participação ativa na sua própria história, que passou a ser contada pelo outro, pelo colonizador, ao ponto de se coisificar o africano (tratado como objeto e não como ser pensante). O drama da colonização fará com que, de um dia para o outro, grandes organizações políticas, econômicas e sociais, que vinham florescendo, evoluindo na base de uma dinâmica interna, na maior parte dos casos, perderam o poder político, suas independências e, aos poucos, partes significantes das suas culturas. Portugal, que iniciara a expansão marítima no início do século XV, havia conquistado, no final do século XIX, enormes territórios na África Austral e uma pequena parte na África Ocidental.

Foi a última potência colonial europeia a descolonizar suas possessões, quinze anos depois das primeiras independências dos países africanos.

As populações de Angola tinham sido colocadas à margem de todos os processos sociais e políticos, pois eram consideradas povos ainda não possuidores de instrução e de hábitos individuais e coletivos, sem os quais não podia haver aplicação integral do direito público e privado do cidadão português. Não havia, para estes povos, serviços de saúde nem educação, porque se entendiam como direitos da cidadania portuguesa. Em Angola, apesar de tardiamente, a institucionalização oficial do ensino aconteceu em 1845. Porém, continuava a ser a Igreja Católica que tinha a missão de escolarizar os chamados indígenas, segundo a terminologia política e social da época. As populações africanas não tinham direito ao ensino oficial. A escravatura, as limitações sociais, a humilhação a que a maioria da população estava sujeita, criaram um clima de insatisfação tal, que o ódio pelo regime colonial alimentava o desejo de liberdade. Por esta razão, movidos por estes sentimentos, em Angola e no exterior, começou a formação de organizações políticas com o objetivo de reivindicar a independência e a soberania do país (SANTOS, 2012, p. 432).

A pressão política exercida pela ONU contra as potências colonizadoras, no final da década de 1950, culminou com as independências, no ano de 1960, de 17 países africanos, colonizados majoritariamente pela França. Portugal, porém, insistia na sua utópica política de igualdade extensiva às províncias ultramarinas, quando, na prática eram cada vez mais gritantes as diferenças sociais entre europeus e africanos, e até mesmo entre os brancos nascidos na metrópole e os nascidos nas chamadas províncias ultramarinas (KOUASSI, 2010, p. 1076).

A insatisfação da população angolana aumentava cada vez mais que se agudizavam as contradições entre colonizadores e colonizados. Dados surpreendentes mostram que, até à década de 1960, apenas 3% da população africana de Angola era escolarizada. Menos de 500 alunos africanos estavam matriculados no ensino profissional elementar, e a Escola Normal de Monitores (instituição que formava os professores para o ensino primário, destinado exclusivamente para a população indígena) tinha menos de 300 alunos (VIEIRA, 2004, p. 64). Outra solução não restava para os angolanos senão partir para a luta armada, que começou em 1961, o que não significa que a luta contra a colonização tenha começado nessa data. Desde sempre, os angolanos lutaram e resistiram contra a dominação colonial, de várias formas, sendo que a partir de 1961, a luta passou a ter caráter de luta armada, como última fase da oposição ao regime colonial.

Os direitos dos angolanos nativos eram sistematicamente violados. O fim do Estatuto do Indigenato, por si só, não repôs a dignidade nem o respeito às culturas africanas. Ele foi uma

consequência da luta armada, e a ideia de uma igualdade de gênero humano não pode ser confundida com a imposição cultural de um povo sobre o outro, tal como acontecia em Angola e nas outras colônias de Portugal. Ainda no campo social e sempre no âmbito das reformas políticas, foi aprovado um decreto sobre o sistema educativo, que abolia o anterior, subdividido em um sistema de educação oficial (a cargo do governo colonial) e outro para os africanos (a cargo da Igreja Católica), passando o sistema de educação a ser único para todos: brancos e negros, assimilados e indígenas (categorias sociais que deixaram de existir oficialmente no ano de 1961).

Portugal precisou de apenas seis meses para começar a introduzir reformas políticas que vinham sendo solicitadas há vários anos. Foi necessário um levante armado e violento, que ceifou milhares de vidas humanas e provocou graves danos materiais, sobretudo aos fazendeiros, para que reformas políticas começassem (ainda que fictícias). No domínio da educação e ensino, as medidas mais importantes tomadas pelo regime colonial foram, como já nos referimos, para além da abolição do Estatuto de Indigenato e da unificação do ensino oficial com o rudimentar: a implementação de um ensino primário de quatro classes, antecedidas de uma classe pré-primária; a manutenção das escolas de artes e ofícios; a implementação de um ensino preparatório de dois anos entre o ensino primário e o secundário, os liceus. (SANTOS, 1998, p. 509)

Essa atitude, porém, visava apenas ludibriar os angolanos e a comunidade internacional, e passar uma imagem de um Portugal uno e indivisível, quando, na realidade, a segregação era uma prática corrente no seio das populações das colônias. A reforma política não foi nada mais senão o reforço e legitimação da colonização, pois os tempos tinham mudado de fato e Portugal tardou a adaptar-se às mudanças políticas e sociais no nível do continente africano e no nível do mundo, uma vez que a colonização estava condenada ao desaparecimento pela Organização das Nações Unidas. Apesar da reforma da educação, que pregava politicamente uma educação para todos, na prática, os africanos passaram a ser encaminhados para o ensino profissional, com vistas a formar mão-de-obra semiprofissional para atender aos interesses econômicos de Portugal.

Neste mesmo período, foi implementado o ensino superior em Angola, com a introdução dos Estudos Gerais Universitários, no ano de 1962, visando à formação de uma burguesia de nível superior, que deveria expandir a ideologia colonial, estabelecendo uma forte classe de dirigentes coloniais locais para a perpetuação da máquina e do sistema colonial. Com essas políticas, o regime colonial pretendia, através do novo sistema de educação, usar a escola para a integração dos angolanos e proporcionar a cidadania portuguesa, ao contrário do que a maioria da população colonizada almejava, que era o direito à cultura e tradições africanas, cada vez mais banidas com a ideia de formação da cidadania portuguesa. Mesmo reconhecendo a

heterogeneidade cultural dos angolanos, a cidadania portuguesa deveria ser construída pelo processo de anulação cultural africana (línguas, costumes, tradições) e assimilação da cultura portuguesa.

Por outro lado, uma vez que o regime colonial criara, no passado, um estatuto social diferenciado para os africanos letrados, com o novo sistema educativo, resultante das reformas na política colonial, e com a criação de novas escolas nas zonas urbanas e rurais, até mesmo onde nunca houvera escola, o país viveu, nos anos seguintes a 1961, uma explosão escolar em toda a dimensão territorial. A procura e o interesse dos angolanos pela escolarização aumentaram neste período, porque também o regime colonial passou a preocupar-se mais com a escolarização dos angolanos, sobretudo, no ensino primário e na formação profissional de nível básico e, mais tarde, foram criadas as escolas industriais, para formação de técnicos industriais de nível médio, sempre visando a interesses coloniais. A educação foi, enfim, um forte aparelho ideológico para a colonização. As reformas não produziram para Portugal os resultados esperados pelo regime colonial.

Os anos seguintes a 1961 foram de um recrudescimento da luta armada, conduzida pelo MPLA³ e pela FNLA⁴, bem como por outros movimentos nas colônias portuguesas. Metade do orçamento anual do Estado Português passou a destinar-se às Forças Armadas, para manter o controle político e militar das colônias. Os esforços da guerra colonial criaram uma grande instabilidade política na metrópole, por um lado, e por outro, a falta de uma democratização interna em Portugal, devido ao regime fascista de Salazar, que ainda prevalecia até meados da década de 1970, continuado por Marcelo Caetano, contribuiu para um estado de instabilidade política, social e militar. Em abril de 1974, um grupo de militares portugueses, influenciado pelo Partido Comunista Português e procurando reverter a situação política de Portugal, perpetrou um golpe de estado por meio de uma revolução que ficou conhecida como Revolução dos Cravos.⁵

Portugal passou a ser dirigido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) que implementou, em seguida, a política de descolonização. No dia 11 de novembro de 1975, a independência de Angola foi proclamada pelo presidente do MPLA Antônio Agostinho Neto. Considerando o fato de que quem tem o poder de Estado deve, de uma forma ou de outra, controlar os aparelhos ideológicos de Estado, e que nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer sua hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos de Estado simultaneamente, o MPLA, para a consolidação do poder político e a prossecução da sua política

³ Movimento Popular de Libertação de Angola (Partido político que conduziu a luta armada em Angola e governa o País desde a independência)

⁴ Frente Nacional de Libertação de Angola (Partido político que conduziu a luta armada em Angola em simultâneo com o MPLA, atualmente na oposição política e com assento no parlamento angolano)

de constituição da nação angolana hegemônica e homogênea, lançou o processo de nacionalização da educação.

A Nacionalização da Educação e a Politização da Sociedade Angolana

O MPLA entendia que a garantia de qualquer política no domínio social dependia, em grande medida, da estabilidade econômica. Daí que, antes mesmo de assumir grandes transformações sociais, preocupou-se em estabelecer uma base econômica sustentável para a sua política social. Em março de 1976, o Conselho da Revolução, órgão que detinha o poder legislativo nos primeiros cinco anos de independência, aprovou a lei n.º 3/76, de 3 de março, que confiscou todas as empresas, por motivos de sabotagem econômica, assim como foram confiscadas outras que ainda se encontravam nas mãos de seus proprietários (pois alguns proprietários brancos, uns por opção e outros por serem impedidos, não haviam abandonado o país), acusados de colaborarem com os inimigos do povo angolano. O referido diploma distinguia duas ações conduzidas com uma mesma finalidade: uma destas ações era o confisco, que correspondia a desapropriar todas as empresas privadas cujos proprietários teriam alguma capacidade econômica, para apoiar grupos fantoches, por um lado, e por outro, porque continuariam a desenvolver um modo de produção incompatível com a nova ideologia política vigente no país. Como proprietários dos meios de produção, teriam trabalhadores de quem explorariam a força de trabalho. Esta prática era, então, considerada “exploração do homem pelo homem”.

A outra ação era a nacionalização, que visava à necessidade de o Estado controlar todas as empresas estratégicas. O confisco era considerado como uma punição, com esta medida os proprietários dos bens confiscados não tinham direito a qualquer indenização. A intervenção do Estado revolucionário nas empresas privadas, pelo confisco; e nas empresas públicas, pela nacionalização, tinha como objetivo a criação e o alargamento do setor socialista da economia nacional, considerada a base material, científica e técnica para a criação de uma sociedade socialista. Uma vez que, sem uma intervenção direta do Estado na economia do país, não era possível a construção do socialismo.

A educação, porém, sendo a área social de maior interesse do poder político na Primeira República, esteve sempre na primazia das políticas sociais. Tanto é que se pode entender que, logo após a independência, a educação foi um dos primeiros setores da vida social a ser nacionalizado e considerado um dos fatores principais para o desenvolvimento do país no seu

⁵ MPLA, 2008, p.141.

todo. O Estado de Angola, através do Conselho da Revolução, aprovou, dias após a independência, a Lei n.º 4/75, de 9 de dezembro de 1975, que nacionalizou a educação e o ensino. O Governo de Angola assumiu para si toda a responsabilidade pelo processo do ensino, sendo o Ministério da Educação o organismo que deveria executar as políticas do setor, traçadas pelo partido.

A nacionalização da educação em Angola não abrangeu apenas o setor público e privado colonial, mas foram nacionalizadas também instituições de ensino que pertenciam às igrejas. A Igreja Católica foi, sobretudo, a mais visada. A acessibilidade e a gratuidade de ensino provocaram uma avalanche de alunos procurando pelas instituições de ensino e, como o governo não tinha capacidade de dar resposta a esta procura, pois faltavam escolas que o colonizador não construiu porque “não precisava”, o governo confiscou também algumas instituições de ensino pertencente às confissões religiosas: escolas da Igreja Católica e missões protestantes. A nacionalização das escolas das igrejas não deve ser entendida apenas como necessidade de responder a uma maior procura pelo ensino no país. Deve ser entendida também como uma forma de impedir que houvesse no país mais de um sistema de ensino, pois que conforme Lawrence Henderson (1980), estas instituições de ensino, durante o período colonial, desenvolviam uma atividade não apenas de auxílio ao sistema educativo colonial (as missões católicas), mas, sobretudo, as missões protestantes eram autênticos rivais do sistema educativo colonial. Por isso, não eram reconhecidas oficialmente. Várias vezes foram acusadas pelas autoridades portuguesas de incitarem os angolanos, através do seu ensino, à rebelião e à formação de movimentos de libertação. Como nos prova a história, os três líderes dos movimentos de libertação de Angola tiveram uma formação religiosa e protestante. A respeito do confisco de instalações das missões religiosas, Lawrence Henderson, na sua obra *A Igreja em Angola*, escreveu:

Na maioria das estações missionárias, os centros de ensino eram usados para as aulas de instrução primária, do ensino secundário e, ainda, para programas de educação e ensino religioso. Por conseguinte, a confiscação daqueles edifícios e instalações negou às missões e às Igrejas não só a oportunidade de administrarem as escolas como também tornou impossível a divulgação de uma série de outros programas (HENDERSON, 1980, p. 398).

Em 1940, as autoridades coloniais portuguesas haviam assinado com a Santa Sé um acordo missionário, onde o Estado português atribuía à Igreja Católica a missão e a responsabilidade pela educação dos negros. A Igreja Católica, ao longo de todo o processo colonial, sempre esteve ao lado do regime colonial, servindo muitas vezes como mais um elemento da colonização, mais do que de educação moral e cívica. Por esta razão, o MPLA ou

qualquer outro movimento que conquistasse a independência, se relacionaria com a Igreja Católica com certa hostilidade. As relações entre o Estado angolano e a Igreja Católica nos primeiros anos de independência eram hostis, apesar da coexistência pacífica, pois tanto a Igreja quanto a educação, ambas constituem aparelhos ideológicos de Estado (AIE), sendo o primeiro, de cunho religioso; e o segundo escolar - e eles são o campo onde se exerce a luta pela hegemonia.

Para que o MPLA pudesse exercer o poder político em Angola, deveria, de igual modo, controlar os AIE, tanto o religioso quanto o escolar, uma vez que o controle do AIE religioso se apresentava mais complexo do que o escolar, dada a facilidade que a Igreja tinha de poder chegar até onde o Estado não tinha chegado ainda. A solução encontrada foi de enfraquecer cada vez mais a influência da Igreja na sociedade, ridicularizando o seu papel na educação moral dos cidadãos, e ampliar ainda mais o papel da escola no processo de ideologização da sociedade. O processo de nacionalização da educação tinha como principal objetivo colocar sob controle do Estado todo o sistema educativo do país, e fazer da educação um instrumento do Estado, capaz de expandir a ideologia política do MPLA, promovendo, no seio da população, uma educação gratuita, democrática, acessível a todos, sem distinção de raça, sexo, etnia, tribo, região, credo religioso e idade (Todos os adultos eram aceitos para frequentar a escola, independentemente da sua idade, o que não acontecia no período anterior, implementando o que o regime chamou “Escola Para Todos”).

Pela primeira vez, o sistema de ensino estava acessível para todos os angolanos, ao contrário da exclusão e da discriminação que marcaram as políticas educativas durante o período colonial e começava, assim, o processo da politização da educação. Às crianças, era ensinado que a “Escola é do Povo”, o “MPLA é o Povo” e o “Povo é MPLA”. Esta trindade era a base argumentativa para a formação ideológica das crianças angolanas. Mostrar que a soberania do Estado residia no povo e o povo era representado pelo partido logo, a soberania do Estado residia no MPLA. O MPLA, com a nacionalização da educação, passou a orientar todas as políticas públicas da educação, fazendo delas um instrumento de legitimação dos valores das classes revolucionárias (operária, camponesa e dos intelectuais), segundo o programa e o estatuto do próprio partido. Porém, na realidade, em Angola não existiam classes sociais tais como são mencionadas nos documentos oficiais do partido.

Com a proclamação da independência nacional, o MPLA havia atingido o seu programa mínimo, conforme consta no manifesto da sua fundação. Os objetivos imediatos do novo regime eram destruir todos os marcos do regime anterior (colonial) e criar um novo país, um novo sistema social e um “Homem Novo”. Para a materialização do projeto de construir um novo

Estado em Angola, o MPLA considerou a educação um dos principais instrumentos do Estado para cumprir esta tarefa.⁶

Como realizar uma educação num país que não tinha nem estruturas físicas, nem recursos humanos? A maioria dos professores, em Angola, era de nacionalidade portuguesa e havia abandonado o país na véspera da independência. Indicadores do Ministério da Educação publicados, na *Revista Novembro*, apontavam que 85% da população angolana era analfabeta. Entre os cidadãos alfabetizados, poucos possuíam uma qualificação profissional de excelência. A maioria exercia profissões básicas - pedreiro, carpinteiro, etc. - (VIEIRA, 2004, p. 91).

A reformulação do sistema educativo colonial se apresentava necessária e urgente para a implementação de um novo sistema visando à formação de um homem novo. Em todas as sociedades humanas, desde que o homem passou a viver em grupo e sentiu a necessidade de transmitir às gerações mais novas as experiências acumuladas pelas gerações mais antigas, a educação passou a ser um compromisso político, já que ela deve refletir a necessidade da população, ou seja, aquilo que a população precisa para o seu bem-estar. Mas, quem define o que o povo precisa e quer não é o povo, é sempre um grupo que tem o domínio da sociedade, que tem o poder político e age em nome do povo. Toda educação assenta-se numa base política determinada. Por esta razão, tornou-se imprescindível definir a base política da sociedade angolana. Esta base definiu-se em outubro de 1976, com a realização, em Luanda, entre os dias 23 e 27, da III Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA. Nesta reunião, definiu-se o marxismo-leninismo como ideologia partidária; e a construção do socialismo científico como via de desenvolvimento político, econômico e social de Angola. Estavam, assim, lançadas as bases políticas para a reformulação do sistema educativo, faltando a base jurídico-legal, que aconteceu no ano seguinte.⁷

A destruição dos marcos do regime colonial e a construção de um país novo era o que passou a chamar-se “Reconstrução Nacional”, presente em todos os discursos políticos. Tudo o que lembrava a colonização deveria ser mudado. O novo país deveria assentar-se numa estrutura política, econômica e social nova, diferente da estrutura colonial, que excluiu a maioria da população no exercício da cidadania. Nesta perspectiva, o novo sistema de ensino seria o instrumento fundamental para a formação de uma nova geração, visando à reconstrução nacional e a construção do socialismo em Angola. Um dos maiores *handicaps* para a materialização deste projeto era a elevada taxa de analfabetismo no seio da população, por isso o combate ao analfabetismo foi declarado como prioridade de Estado. Em novembro de 1976, foi lançada a

⁶ MPLA, 1978, p.28.

⁷ MPLA, 2008, p. 266.

Campanha Nacional de Alfabetização, numa das unidades fabris de tecidos em Luanda (TEXTANG), pelo Chefe do Estado, Antônio Agostinho Neto, que dizia, a dado momento, no seu discurso de abertura, o seguinte:

É certo que o MPLA e o Governo da República Popular de Angola têm feito o possível, por andar depressa, têm tomado medidas, têm tomado decisões concretas, para melhorar o nível do povo, para corrigir aquilo que foi destruído pelo colonialismo [...] o colonialismo deixou-nos uma herança bem pesada, uma herança que nós só apagaremos daqui a dezenas de anos, mas podemos, pelo nosso esforço, ir diminuindo as consequências do colonialismo.⁸

Foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização, tutelada pelo Ministério da Educação e orientada pelo Comitê Central do MPLA. A campanha foi lançada ao nível nacional. Toda a população angolana de todos os estratos sociais foi mobilizada a participar desta tarefa. Todos os que tinham alguma instrução, passaram a ensinar aos outros, que não sabiam ler nem escrever. A Campanha Nacional de Alfabetização teve grande adesão por parte da população, quer urbana, quer rural, tanto intelectual, quanto operária. Todos que, de uma forma ou de outra, poderiam participar deram o seu contributo; mesmo sob condições difíceis, em que faltavam infraestruturas básicas, as aulas de alfabetização foram realizadas nos templos das igrejas ou por debaixo das árvores. Nesta fase da “revolução”, a população angolana já começava a ser politizada, com participação “semi-obrigatória” nas organizações de massas e sociais, criadas pelo MPLA, que eram a primeira manifestação da participação na vida política do país. Quem não fizesse parte de uma das organizações de massas (de acordo com a idade, atividade profissional ou estudantil) era considerado “reacionário”, “antirrevolucionário” e marginalizado pela sociedade política.

Esta campanha tinha, por um lado, um cariz político (formando a consciência política da população, quer alfabetizadora, quer alfabetizanda) e, por outro lado, um cariz econômico, dada a necessidade de formação de uma mão-de-obra qualificada para a indústria nacional incipiente, que não permitia a formação de uma classe operária coesa, forte e politizada, visando assumir o seu papel de classe dirigente da sociedade que se queria socialista. O MPLA, através do seu Departamento de Educação Política, orientava e dirigia todo o processo de alfabetização no país. Apesar de a Comissão Nacional de Alfabetização ser tutelada pelo Ministério da Educação, aos olhos das autoridades angolanas, este processo era considerado a prioridade do Estado, dever patriótico e uma conquista do povo. Por isso, era orientado pelo partido.

Por si só, a conquista do direito de ser alfabetizado já era considerada uma grande vitória contra o colonialismo. O primeiro balanço realizado pelo Ministério da Educação, em 1986,

indicava que foram alfabetizados um milhão e quarenta e oito mil cidadãos (1.048.000), uma média de 104.000 alfabetizados por ano.⁹ Para uma população que se estimava em 6.000.000 de habitantes e tinha uma taxa de analfabetismo de 85%, essa meta alcançada em dez anos parece irrisória, matematicamente pensando. Porém, se considerarmos o fato de a colonização efetiva ter durado pouco menos de um século, poderemos considerar positivo o resultado dos primeiros dez anos da campanha, pois o número de alfabetizados no período pós-independência foi maior que o número de letrados que o sistema colonial instruiu durante todo o período da vigência da colonização. A guerra civil vivida em Angola retirou certo ímpeto ao processo de alfabetização, porque parte dos alfabetizadores e dos alfabetizados foi chamada a participar na defesa da integridade do território angolano e da soberania da nação, que estava ainda em construção. Para além do componente humano no fenómeno da guerra civil, os componentes económica, social e psicológico tiveram, de igual modo, sua implicação no processo que vinha sendo desenvolvido, com toda a atenção das autoridades do país.

O Ministério da Educação apontou duas razões para o fraco desenvolvimento do processo de alfabetização nos anos seguintes ao áureo período da “Batalha de Alfabetização”, que corresponde aos primeiros cinco anos pós-lançamento da Campanha: A fraca capacidade de atendimento dos alfabetizados no ensino de adultos, por um lado, e por outro, a situação político militar que então se vivia não permitiu que se atingissem os resultados esperados. Terminado o ciclo de alfabetização, os beneficiários deveriam ser incorporados ao sistema de educação de adultos. Tal fato não acontecia por escassez quer de escolas, quer de professores, tendo se verificado mesmo nalguns casos o fenómeno de retorno ao analfabetismo.¹⁰

O MPLA reivindicava para si a soberania do Estado, em nome do povo angolano; e se havia definido como sendo a única força política legitimada pelos angolanos para dirigir o Estado. Para o exercício da sua hegemonia política, precisava constituir-se em partido da classe operária. Em dezembro de 1977, no seu I Congresso, constituiu-se em partido da vanguarda da classe operária, com a missão de conduzir o governo e a sociedade angolana à construção do socialismo científico. O MPLA acabava, assim, de ratificar a sua linha política e ideológica e o Movimento foi transformado num partido marxista-leninista.¹¹

Uma vez definida a orientação política e ideológica, o país entraria na etapa da Ditadura do Proletariado, etapa cuja primeira fase era a Reconstrução Nacional. A tarefa que se configurava urgente para levar adiante, conforme o programa do partido, era a preparação

⁸ Discurso de Agostinho Neto, realizado em Luanda na fábrica de tecidos Textang II, dia 22 de novembro de 1976, no ato de lançamento da Campanha Nacional de Alfabetização.

⁹ MED, 1997, p. 3.

¹⁰ MED, 1997, p. 3.

política da sociedade, ou seja, a formação política e ideológica da população. Foram criadas células do partido em tudo quanto era aglomerado populacional: nas fábricas, nas escolas, nas empresas de administração do Estado, nos bairros, aldeias ou comunas, até nos quartéis. Todos os militares eram “obrigados” a militar no partido MPLA. Os jovens na JMPLA, as senhoras na OMA, os trabalhadores na UNTA, os outros na ODP (Organização de Defesa Popular) e nas BPV (Brigada Popular de Vigilância). Até a organização sindical, cuja missão era defender os interesses dos trabalhadores perante a entidade empregadora (que no caso era o Estado angolano), era controlada pelo partido, sendo o seu Secretário-Geral membro de pleno direito do Bureau Político do Comitê Central do MPLA. A obrigação a que nos referimos, na adesão às organizações de massas do MPLA, tinha um caráter de voluntarismo. Um “voluntarismo obrigado” ou uma “obrigação voluntária”. Toda a sociedade estava envolvida no processo de politização e de ideologização.

Esta estratégia fortalecia os vínculos do MPLA com a população, além de permitir que o partido tivesse um maior controle da população, para fazer jus ao slogan político “MPLA é o Povo e o Povo é MPLA”. Estava, assim, fora de qualquer possibilidade a existência de organizações políticas, sociais, culturais, recreativas ou juvenis que não estivessem sob o controle do MPLA. A tentativa de criação de uma organização fora dos ditames políticos do MPLA era considerada contrarrevolucionária. A sociedade angolana estava, no seu todo, politizada. A hegemonia política do MPLA se fez sentir pela massificação política da sociedade. Uma vez politizada e partidarizada, a estrutura do partido era hegemônica e, ao mesmo tempo se processava a homogeneização, pelo slogan político “Um só povo e uma só nação”.

Diante dessa situação, qual era o posicionamento do MPLA em relação à educação? Ou seja, qual era o papel da educação diante dessa realidade? Perante a partidarização da sociedade, a educação não poderia ficar à margem. Pelo contrário, a educação havia sido apontada como a principal tarefa desse processo revolucionário. A República Popular de Angola era um país com uma indústria incipiente (o mesmo se pode falar do presente, excetuando a indústria extrativa petrolífera e diamantífera), falar de uma classe operária é uma ilusão, pois, na realidade, ela não existia como classe; se os operários existissem na Angola colonial, estes não tinham consciência de classe, uma vez que a intelectualidade desta “classe operária” era constituída por cidadãos portugueses, majoritariamente brancos. Os negros ocupavam funções subalternas nas fábricas. Gramsci (1978 c) dizia que toda classe social forma os seus intelectuais, a quem é encarregada a missão revolucionária de formar a consciência de classe. O mesmo se pode falar da agricultura. O estado de desenvolvimento da agricultura para a indústria, ou seja, a mecanizada, era fraco.

¹¹ Resoluções do I Congresso do MPLA 1977, Luanda.

Faltava a existência de uma intelectualidade agrária. A maioria da população praticava uma agricultura de autossustentação, para a sobrevivência. Os mentores da agricultura mecanizada e corporativa, vocacionada ao fornecimento de matéria-prima para a indústria transformadora, eram os colonos e algumas multinacionais, a exemplo da *Cotonang*. As funções de direção e liderança eram atribuídas aos estrangeiros e nunca aos nacionais, o que, tal como nas fábricas, dificultou a formação de uma intelectualidade agrária. Existiam, em Angola, os camponeses e não uma classe camponesa.

Se considerarmos que a maioria dos intelectuais abandonou o país na véspera da independência, e apenas 15% da população era letrada, chegamos à conclusão de que não existia, em Angola, classes sociais com consciência de classe, condição necessária para a construção da sociedade socialista. Quem eram os intelectuais? Que formação política tinham estes intelectuais? Qual era a posição social dos intelectuais no sistema colonial? A maioria dos intelectuais angolanos, que tinha consciência política e conseqüentemente consciência de classe social, estava engajada na luta armada. Foram eles que formaram os partidos políticos e os movimentos de libertação. A ínfima parte que não conseguiu sair do país, para se juntar à luta armada no exterior, foi presa e deportada para São Tomé e Cabo Verde, sendo liberta apenas após 25 de abril de 1974. Os poucos que não conseguiram sair de Angola e não foram presos, identificavam-se com a colonização. Eram utilizados como instrumento da colonização e o seu posicionamento diferenciado, em relação à maioria da população nativa, criava neste grupo uma espécie de prestígio social, o que não lhes permitiu desenvolver uma consciência revolucionária de classe. Por isso a educação deveria suprir estas lacunas.

A situação de Angola na Primeira República não era diferente da maioria de outros países africanos que optaram pela via de desenvolvimento socialista. O fracasso dos governos progressistas em África deveu-se, na maioria, à importação de ideologias estrangeiras e à implantação, nos seus respectivos países, sem levar em conta as suas realidades sociais. Em Angola, o sistema político criara uma estratificação social fictícia, procurando preencher as lacunas derivadas da importação da ideologia do sistema socialista. As classes sociais em Angola não tinham as características das classes sociais dos países socialistas do Leste Europeu. Grande franja da população angolana tinha sido colocada à margem do exercício político, devido a esta ideologia importada. Em Angola havia pequenos comerciantes e profissionais liberais, estes eram considerados “pequenos burgueses”, “exploradores” (porque tinham funcionários que trabalhavam para si), a “pequena burguesia” deveria ser combatida porque estava a serviço do capitalismo e do Imperialismo Internacional, assim se pensava.

Os religiosos faziam parte de outro grupo social hostilizado pelo MPLA. Este era um grupo importante na sociedade angolana. Nunca é demais recordar que o cristianismo começou a ser implantado em Angola (Estado do Congo) ainda no século XV. O primeiro bispo católico negro da África subsaariana, D. Henrique¹², veio do Congo. É neste mesmo Estado que foi construída a primeira igreja católica na África subsaariana. No último quartel do século XIX, as missões protestantes estavam espalhadas por todo o território de Angola, isto quer dizer que havia em Angola um número considerável de religiosos e que, por força da ideologia marxista-leninista, o poder político em Angola colocou este grupo à margem do processo revolucionário, porque era acusado de reacionário, cuja doutrina não educava o povo, mas dopava-o: “A religião é o ópio do povo” (MARX, 2005, p. 146-147).

A exclusão desses grupos sociais não contribuiu para a construção da nação que se esperava, soberana, una e democrática. A nação se deveria construir com a população real de Angola agrupada segundo suas atividades econômicas, que correspondiam à realidade do país, e não o contrário. Diante desta realidade, para se poder criar classes sociais, seguindo a ideologia política, e cumprir com os objetivos traçados pelo partido, a educação foi chamada a formar o “homem novo”, com uma base revolucionária forte, construtores de uma pátria socialista. A escolarização não tinha somente como objetivo combater o analfabetismo, ela deveria, igualmente, jogar o principal papel nas mudanças sociais, isto é, a construção da nova sociedade e a melhoria das condições sociais da população. Por isso é que se dizia: “Estudar é um dever revolucionário”. A partir desse momento, começa a implementação de várias políticas públicas no domínio da educação. A primeira destas políticas foi a seleção, em todo o território nacional, no ano de 1977, de dois mil jovens e crianças com idades compreendidas entre os dez e os dezoito anos, para frequentar o ensino primário e secundário na República Socialista de Cuba. A segunda política foi o processo de envio a Angola, no ano de 1978, de uma vasta brigada juvenil, denominada “Brigada Che Guevara”, pertencente à União da Juventude Comunista de Cuba (UJC), organização juvenil do Partido Comunista Cubano (PCC), composta por centenas de jovens cubanos distribuídos pelo país, com a missão de lecionarem, sobretudo no ensino secundário. Os “docentes” cubanos ajudaram, de certo modo, o MPLA na implementação do processo de hegemonia e homogeneização, sobretudo, no concernente à formação política e ideológica dos jovens estudantes angolanos. Todos os professores cubanos tinham o mesmo discurso na sala de aula, o que pressupunha terem passado por um processo de formação política antes da sua chegada à Angola.

¹² Dom Henrique (1550) era filho do Rei do Congo, foi Vigário-Geral do Bispado do Funchal.

A terceira política foi a implementação do ensino das Ciências Sociais na quinta e sexta classes. E no ensino médio, a implementação de disciplinas como: Filosofia Marxista-Leninista, Economia Política e Comunismo Científico. Foram criadas escolas de ensino médio em apenas algumas cidades do país, o que condicionava a formação média dos jovens das cidades onde não existiam institutos médios, obrigando a uma mobilidade tal que jovens do norte se sentiram obrigados a ir para o Centro e sul do país, por razões de estudos, e os do sul para o norte, os do leste para norte ou sul, etc. Foram implementados institutos médios agrários em Cangaia (Província do Uige), Huambo (província de mesmo nome) e Tchivinguiro (Província da Huila). Os institutos médios de saúde em Luanda e Kuito (Bié); institutos médios de economia em Luanda e no Lubango (Huila); o Instituto Médio de Oceanografia, na cidade do Namibe (Província de mesmo nome); Instituto Médio Industrial no Huambo e em Luanda, e alguns institutos médios normais de educação, para formação de professores e centros pré-universitários, em algumas cidades do país.

Esta distribuição das escolas de ensino médio, cujo ingresso se fazia através de um processo seletivo em nível nacional, que se chamou “Processo de Encaminhamento”, ajudou o MPLA na materialização do processo de homogeneização da sociedade, uma vez que em cada uma destas instituições escolares estudavam jovens de todas as províncias de Angola, e muitos deles acabaram por identificar-se com a cidade e a região de estudo; e aí permaneceram no final da formação, casaram e formaram famílias, distantes das suas regiões de origem.

A educação é um processo para a concretização de uma concepção do mundo cuja importância está na manutenção e na renovação de uma hegemonia. Um exemplo serve para mostrar como essa hegemonia pode processar-se na base do consenso, sem o uso da força. Em Angola, depois da independência, da opção pelo marxismo-leninismo como ideologia do Estado e da definição da via de desenvolvimento socialista para o país, embora o Estado se declarasse laico e a liberdade de culto se pregasse oficialmente, na realidade, várias práticas provavam o contrário. O artigo 10 da lei constitucional define, no seu primeiro ponto, que a República de Angola é um Estado laico, havendo separação entre o Estado e as Igrejas, nos termos da lei. O Estado reconhece e respeita as diferentes confissões religiosas, as quais são livres na sua organização e no exercício das suas atividades. Protege as igrejas e as confissões religiosas, assim como os seus lugares e objetos de culto, desde que se conformem com a constituição e com a lei. Esse foi sempre o posicionamento oficial do Estado em relação à religião. A realidade do dia-a-dia da população angolana era diferente.

Na Primeira República, para ocupar qualquer cargo diretivo no funcionalismo público em todos os níveis do poder de Estado, o cidadão tinha que ser membro do partido político MPLA,

pois cabia ao partido a missão de dirigir a sociedade. E, para ser membro do partido, além de outras exigências, era necessário ser ateu. Entre o partido e a Igreja, abriu-se um conflito silencioso, bastante brando na materialização prática, mas muito violento de ponto de vista ideológico e espiritual, no domínio da consciência e das liberdades individuais. Em um país que começou a ser cristianizado a partir do século XV e que durante todo o período colonial viveu um catolicismo efervescente de Estado, mais de 80% da população angolana, em 1975, se declarava cristã, por convicção ou por socialização, implantou-se um conflito entre a liberdade de culto e a ideologia partidária.

Para desviar a atenção da juventude, adolescentes e crianças, todos os domingos, nas praças e largos em frente às igrejas, realizavam-se programas recreativos, com diferentes atrativos e vários concursos de habilidades intelectuais, físicas, desportivas, culturais e no domínio das artes. Estas atividades tinham direito a transmissão televisiva e radiofônica ao vivo. Este programa para crianças se chamava “Pió-Pió”.¹³ Entre passar duas a três horas numa igreja para ouvir o padre falando e um grupo coral cantando (o que aborrecia quase todas as crianças) e depois ter que deixar alguma moedinha no balaio antes de sair; e ficar na parte de fora da igreja para ver bandas de música infantil e de adultos tocando, receber de graça camisa, boné e outros brindes, e com a possibilidade de participar de qualquer concurso à sua escolha, de acordo com as suas habilidades e com “chances” de ganhar desde um receptor de rádio, de TV até uma motocicleta, os jovens angolanos não pensavam duas vezes para fazer a sua escolha entre a igreja e a OPA ou a JMPLA, e entre participar da missa dominical ou do programa *Pió-Pió*.

A participação na maior parte das atividades extraescolares, que eram de grande interesse de jovens e adolescentes, não era livre, um dos principais critérios de seleção era a pertença ou não à organização juvenil, ou de pioneiros do MPLA. Nunca foi usada a força para obrigar os jovens a fazer parte destas organizações, porém, existia uma pressão psicológica que obrigava à inclusão social dos jovens e adolescentes. Neste caso concreto, a hegemonia era exercida sem o uso da força. Porém, para consolidar a hegemonia política, afastando todas as outras tendências, o MPLA usou a força: a violência das confrontações políticas deu lugar a uma guerra civil que durou 27 anos. Para Gramsci, não existe uma relação hegemônica caracterizada ora por dominação, ora por consenso ou direção, mas por estes dois elementos, como polos da relação coexistindo dialeticamente. As lutas hegemônicas têm lugar no seio da chamada sociedade civil (a Igreja, a escola, a família, os sindicatos e os meios de comunicação), o que Althusser (1970) chamou de Aparelhos Ideológicos do Estado. É nestas instituições que deve surgir a nova

mentalidade das classes dominadas. Gramsci é muitas vezes considerado não marxista devido aos seus posicionamentos contrários ao marxismo clássico, pois, neste caso, considera a sociedade civil como instituição reprodutora mecânica da ideologia do Estado. Para os marxistas, a ideologia do Estado é produzida no seio do partido político. Algumas ideias de Gramsci podem ser identificadas na realidade angolana do período que estamos a analisar. Gramsci propunha uma escola que fosse capaz de criar no aluno competências e conhecimentos científicos, assim como conhecimentos cívicos de moral sobre os direitos e deveres do cidadão. Uma educação para a cidadania, porém desprovida de qualquer simbolismo vindo da Igreja ou do folclore, ao que ele chama de “senso comum”.

Em Angola, algumas práticas comuns da cultura dos angolanos, como a poligamia, passaram a ser questionadas (tal como faziam também as Igrejas Cristãs no período colonial). Um bom cidadão não poderia ser polígamo ou religioso. O ingresso para a militância no partido MPLA era, muitas vezes, negado aos cidadãos polígamos, assim como àqueles que professavam qualquer religião. Apesar de estarmos analisando dois períodos distintos de duas realidades diferentes (a Itália da primeira metade do século XX e Angola do último quartel do mesmo século), uma aproximação do pensamento gramsciano se pode notar na atuação do Estado angolano na Primeira República, concernente ao que Gramsci chamou de “Escola Unitária”.

Em Angola, durante toda a vigência do regime político da Primeira República, a escola foi unitária¹⁴, ou seja, a mesma escola para todos os cidadãos, independentemente da sua origem social, raça ou etnia. É na mesma escola que estudavam os filhos dos dirigentes, dos intelectuais, dos operários, dos camponeses, dos trabalhadores liberais, e dos desprovidos de algum tipo de classe social, ou os que não conheciam os seus pais (num país que viveu décadas de guerra, muitas crianças nem sequer sabiam quem eram os seus pais e, conseqüentemente, as suas origens). Hoje, a escola angolana é classista, ou melhor, elitista, uma vez que em Angola a formação de classes sociais obedeceu a uma lógica típica da realidade de um país recém-libertado da colonização, que optou pela orientação socialista e quinze anos depois liberalizou o mercado; e hoje vive um regime capitalista “selvagem”. Foram formadas em Angola várias novas elites sociais, resultantes dos diferentes processos sociais ocorridos no país, sobretudo a guerra. Se por um lado a guerra desestabilizou economicamente o país, desestruturando o tecido social, ela, por outro lado, facilitou a emergência de determinados grupos sociais, de políticos, militares,

¹³ Pió-Pió, o termo resulta do diminutivo de “Pioneiro”, expressão com conotação política que era utilizada para designar crianças comprometidas com o processo político durante a Primeira República. Crianças enquadradas na Organização Infantil do partido MPLA: OPA (Organização dos Pioneiros de Angola) com idade entre 6 a 14 anos.

¹⁴ Esta situação mudou consideravelmente na Segunda República, em que, para além das escolas privadas nacionais, assiste-se cada vez mais ao incremento de escolas privadas com sistemas de ensino de outros países, como a Escola Russa, a Escola Francesa, a Escola Portuguesa e a Escola da Francofonia, para citar algumas delas.

empresários e pessoas anônimas que se foram fortalecendo ao longo do tempo, ao ponto de constituírem, hoje, elites de referência obrigatória na sociedade angolana.

A hegemonia política e cultural em Angola, na Primeira República, foi exercida pelo MPLA, submetendo toda a sociedade aos seus ideais. Nas sociedades modernas, o poder das classes ou grupos sociais dominantes sobre todas as outras classes dominadas, não reside simplesmente no controle dos aparatos repressivos do Estado (Forças Armadas, Polícia). Este poder é garantido, fundamentalmente, pela “hegemonia cultural” que as classes dominantes exercem sobre as dominadas, através do controle do sistema educacional, das instituições religiosas e dos meios de comunicação social. Em nome da “nação” ou da “pátria”, as classes dominantes criam na população o sentimento de identificação com estas classes, a favor de um suposto “destino nacional” de uma sociedade concebida como um todo orgânico desprovido de antagonismos sociais objetivos.

Nos países chamados “em vias de desenvolvimento socialista”, como era o caso de Angola, este poder era exercido pelo partido, que tinha o completo controle sobre a educação, as comunicações sociais e todas as organizações culturais e de massas. Esta capacidade de direção cultural e ideológica do MPLA, na sua incansável luta pela formação do “Homem Novo”, através da mudança de mentalidade e tomada de consciência, constitui para nós o conceito de hegemonia política e cultural. E a educação foi instrumentalizada para garantir esta hegemonia.

CONCLUSÃO

A visão histórica dos acontecimentos sociais não nos permite atribuir rupturas rígidas aos processos sociais, uma vez que o presente é sempre condicionado pelo passado. Não há presente sem passado, embora saibamos que este passado deve ser objeto de análise, sempre com referenciais presentes. Apesar da grande vontade da maioria dos governos africanos saídos das independências que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, de negar completamente tudo que representava os regimes coloniais, não existia, pois, possibilidade alguma de criar um sistema educativo em Angola a partir do zero, sem recorrer a elementos do sistema anterior. A estrutura do sistema educativo angolano na Primeira República manteve-se a mesma do sistema colonial. Relembrando Gramsci, uma ideologia vale o que vale se ela estiver vinculada a uma determinada estrutura. Marx, na obra *Ideologia Alemã*, chamou a atenção para a natureza histórica das ideias, quando dizia que cada geração explora os materiais, os capitais e as forças produtivas que herdou de todas as gerações precedentes, continuando assim, por um lado, a atividade tradicional, em condições completamente diferentes, e modificando, por outro lado, as antigas condições por

intermédio de uma atividade completamente modificada. Se a estrutura do sistema educativo em Angola não mudou, os princípios básicos deste sistema eram completamente diferentes. A obrigatoriedade e a gratuidade, que caracterizam o sistema educativo na Primeira República, não vêm do sistema anterior, que era totalmente diferente. Porém, a estrutura orgânica do sistema educativo na Primeira República se vai manter a mesma do período colonial, conforme consta do documento que serviu de LDBE, intitulado Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na R.P.A., antes da aprovação pela Assembleia Nacional, da Lei de Base do Sistema Educativo que aconteceu no ano de 2001.¹⁵

O poder do Estado tem o total controle dos aparelhos ideológicos do Estado, este é o caso da Primeira República em Angola, onde a escola, a mídia, os sindicatos e os tribunais dependiam diretamente do poder do Estado. Desta dependência não escaparam os grupos culturais, em toda sua dimensão artística. Apenas a igreja e a família se encontravam no domínio do quase privado, pois a privacidade destas instituições não era completa. A Igreja era, de certa forma, limitada nas suas ações, uma vez que era privada de desenvolver atividades seculares, como de educação e ensino, criação e desenvolvimento de meios de comunicação de massa. Muitos de seus bens e infraestruturas foram pura e simplesmente confiscados pelo Estado, o que enfraquecia cada vez mais a Igreja. Quanto à família, esta instituição também não se pode colocar na órbita do privado, no verdadeiro sentido do termo. As exigências sociais de ordem política eram inúmeras, as famílias não escapavam do controle estatal. A politização da sociedade, na base da sua partidarização, exigia dos seus membros cumprimentos de deveres que foram determinados pelo poder político “revolucionário”, tais como servir às Forças Armadas e participar de campanhas de “trabalho voluntário”, que não tinha nada de voluntário, pois a não participação era objeto de penalizações diversas, passivamente aceitas.

No caso da Primeira República de Angola, era a ideologia do MPLA que predominava nos AIE. A politização da sociedade permitiu que, por consenso e não por violência, a população, quase no seu todo, abraçasse a ideologia da classe política no poder. A não adesão implicava uma exclusão da vida política, de forma seletiva e passiva, sem violência numa primeira fase, que poderia evoluir para a fase violenta, se este ato de não adesão colidisse com os supremos interesses políticos do MPLA.

A educação moderna nada mais é senão uma imposição ideológica aos membros da sociedade. Os sistemas de educação e os currículos escolares são elaborados conforme os interesses ideológicos da classe dominante. Os professores e os alunos são vítimas da opressão ideológica dominante. Poucos são os professores que se posicionam contra a ideologia, contra o

¹⁵MPLA, 1978, p. 29-30.

sistema e contra as práticas que os aprisionam. A maioria deles realiza a atividade docente e nem sequer suspeita do trabalho que o sistema os obriga a fazer ou, o que é ainda pior, põe todo o seu empenho e ingenuidade em fazê-lo de acordo com a última orientação (os métodos novos), inconscientes de que estão perpetuando a conservação de uma ideologia que tem como finalidade a manutenção do poder político.

A escola, hoje, produz e reproduz muito mais do que a Igreja produziu e reproduziu no passado. Por isso, a escola, hoje, é considerada o principal aparelho ideológico de Estado. O maior papel que o aparelho ideológico de Estado escolar desempenha é o da reprodução social. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (1992, p. 113), as teorias sobre as relações entre a escola e os processos de reprodução cultural e social sugerem que, a despeito da uniformidade estrutural dos sistemas escolares, o que existe, na realidade, é o processamento diferenciado dos alunos pertencentes a classes sociais diferentes. O MPLA procurou pelo processo de politização e partidarização da sociedade angolana, com ajuda de políticas públicas da educação, reforma curricular com introdução de disciplinas de cariz político e social, a homogeneização da sociedade angolana, que é multicultural e multilinguística, visando à sua hegemonização política: uma das principais características da Primeira República em Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** (tradução de Joaquim José de Moura Ramos). Lisboa: Editorial Presença, 1970.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

KEBANGUILAKO, Dinis. **O Ensino de História de Angola para a Formação Superior dos Oficiais das Forças Armadas Angolanas no Instituto Superior Técnico Militar**. Luanda: ISCED. Dissertação (Mestrado em Ensino de História de Angola), Programa de Pós-Graduação em Ensino de História de Angola, 2010.

KEBANGUILAKO, Dinis. **A Educação em Angola: Sistema Educativo, Políticas Públicas e os Processos de Hegemonização e Homogeneização Política na Primeira República 1975-1992**. Tese (Doutorado em Educação), FACED-UFBA, 2016.

HENDERSON, Lawrence W. **A Igreja em Angola – um rio com várias correntes**. Lisboa: Editorial Além-Mar, 1990.

KOUASSI, Edmond Kwam. A África e a Organização das Nações Unidas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. **História Geral de África, África desde 1935, vol. VIII**. Brasília: UNESCO/MEC, 2010, p. 1053 - 1094.

MPLA. **História do MPLA**. Luanda: CDIH, 2008.

RODNEY, Walter. **Como a Europa Subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

SANTOS, António. **Esboço da História Política de Angola**. Luanda: Kilombelombe, 2012.

SANTOS, C. Madeira; TAVARES, A. Paula. **África e Monumenta: A Apropriação da Escrita pelos Africanos**. Lisboa: IICT, 2002.

SANTOS, Martins dos. **Cultura, Educação e Ensino em Angola**. Braga-Portugal: s/ed. (Edição Electrónica), 1998.

SILVA, T. Tadeu da. **O Que Produz e o Que Reproduz em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

VIEIRA, Laurindo. **Angola: a Dimensão Ideológica da Educação 1975-1992**. Luanda: Editora Nzila, 2004.

DOCUMENTOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA

Ministério da Educação. Acordo Especial sobre as Condições Gerais para a Realização da Colaboração Económica e Científico-técnica entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da República de Cuba. Luanda. 1977.

Ministério da Educação. Princípios de Base para a Reforma do Sistema de Educação e Ensino na R.P.A. 1978.

Ministério da Educação. Relatório de Balanço do Trabalho Realizado pelo Grupo de Diagnóstico do Ministério da Educação da República Popular de Angola. 1986.

DOCUMENTOS DO PARTIDO MPLA

MPLA. 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA. Documentos, Luanda, 1976.

MPLA. Teses e Resoluções do I Congresso do MPLA. Luanda: DIP, 1978.

MPLA. Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na R.P.A. 1978.

MPLA. CDIH. Luanda, 2008.

LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS

- Lei nº 4/75, de 9 de dezembro, do Conselho da Revolução, sobre a nacionalização da Educação e ensino.

- Lei nº 3/76, de 3 de março, do Conselho da Revolução, sobre o confisco das empresas públicas e privadas.

Recebido em: 25/03/2024

Aprovado em: 30/06/2024